

Secretaria-Geral

Declaração n.º 19/2000 (2.ª série). — Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 6 de Janeiro de 2000:

Associação Recreativa Batalhense, com sede na Batalha;
Banda Musical de Calvos, com sede em Calvos, Póvoa de Lanhoso.

13 de Janeiro de 2000. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

Serviços Sociais

Aviso n.º 1473/2000 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Janeiro de 2000 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros:

Concedido o abono de vencimento de exercício perdido à funcionária Lucinda da Costa Barreiro Palma — 23 dias.

6 de Janeiro de 2000. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

Rectificação n.º 204/2000. — Procede-se à rectificação do aviso n.º 19 211/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 31 de Dezembro de 1999. Assim, no n.º 7.1, onde se lê «despachos conjuntos n.ºs 571/99 e 1045/99, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Fevereiro de 1999» deve ler-se «despachos conjuntos n.ºs 13 381/99 e 1045/99, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999».

6 de Janeiro de 2000. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

Rectificação n.º 205/2000. — Procede-se à correcção do aviso n.º 19 210/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 31 de Dezembro de 1999. Assim, no n.º 6, vogais efectivos, onde se lê «Dr.ª Paula Tavares, técnica superior de 1.ª classe.» deve ler-se «Dr. Joaquim Eduardo, técnico superior de 1.ª classe.» e no n.º 7.1, onde se lê «publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183» deve ler-se «publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283».

6 de Janeiro de 2000. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

Rectificação n.º 206/2000. — Procede-se à rectificação do aviso n.º 19 209/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 31 de Dezembro de 1999. Assim, no n.º 6, nos vogais efectivos, onde se lê «Maria Elisa Noronha» deve ler-se «Elisa Noronha» e, no n.º 7.1, onde se lê «[...] despachos conjuntos n.ºs 571/99 e 1045/99, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Fevereiro de 1999 [...]» deve ler-se «[...] despachos conjuntos n.ºs 13 381/99 e 1045/99, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999 [...]».

6 de Janeiro de 2000. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

Rectificação n.º 207/2000. — Procede-se à rectificação do aviso n.º 230/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 7 de Janeiro de 2000. Assim, no n.º 6, presidente, onde se lê «Dr.ª Ana Paula Tavares, técnica superior de 1.ª classe.» deve ler-se «Maria Luísa Teixeira, chefe de secção.»

7 de Janeiro de 2000. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2082/2000 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o segundo-secretário de embaixada do quadro do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros Rui Manuel Vinhas Tavares Gabriel para exercer as funções de adjunto no meu Gabinete.

1 de Janeiro de 2000. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 2083/2000 (2.ª série):

Maria Olinda Adelaide Catarina Fernandes Corte-Real, assistente administrativa principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, a prestar serviço na Embaixada de Portugal em São Tomé — despacho ministerial de 10 de Janeiro de 2000 determinando o seu regresso ao serviço efectivo na Secretaria de Estado, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2000, data em que completa 65 anos, atingindo assim o limite de idade para prestar serviço no estrangeiro, na situação de supranumerário, de acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 550/74, de 23 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 2000. — O Director do Departamento, *António de Almeida Ribeiro*.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2084/2000 (2.ª série). — A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais tem tido como titular do cargo de subdirector-geral, desde Novembro de 1996, o Dr. Elísio Santos Summavielle, que atinjiu em 18 de Novembro passado o termo da sua comissão de serviço naquelas funções, as quais vem assegurando desde essa data em regime de gestão corrente.

A obra desenvolvida ao longo deste período e o dinamismo imprimido à Direcção-Geral justificam que se mantenha a orientação seguida na gestão daqueles serviços, mostrando-se a mesma adequada aos objectivos do actual governo naquela área.

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º, n.ºs 1 e 3, e 18.º, n.ºs 1 e 6, alínea b), da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, é nomeado subdirector-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o Dr. Elísio Santos Summavielle, publicando-se em anexo o respectivo currículo.

3 de Janeiro de 2000. — O Ministro do Equipamento Social, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome: Elísio Costa Santos Summavielle;
Data de nascimento: 31 de Agosto de 1956;
Naturalidade: Lisboa;
Filiação: Elísio Summavielle Soares e Maria de Lourdes Krus da Costa Santos Summavielle;
Estado civil: casado;
Bilhete de identidade n.º 4700603, emitido em Lisboa em 14 de Março de 1995;
Residência: Avenida de João XXI, 8, 7.º, B, 1000 Lisboa;
Telefone: 218487249.

Formação académica — licenciatura em História pela Faculdade de Letras de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1980, com a classificação de 15 valores. Área de especialização: História de Arte.

Actividade profissional — quadro superior da Administração Pública.

Exerce desde 18 de Novembro de 1996 as funções de subdirector-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Experiência profissional:

1981-1982 — Cumprimento do serviço militar obrigatório (Escola Prática de Infantaria e Brigada Mista Independente);
1982-1983-1984 — Professor provisório do ensino secundário;
1985 — Após concurso público, tomada de posse como técnico superior do quadro de pessoal do Instituto Português do Património Cultural (actual Instituto Português do Património Arquitectónico). Exercício de funções no Departamento de Museus, Palácios e Fundações (IPPC);
1987 — Exercício de funções no Departamento do Património Arquitectónico (IPPC);
1990 — Início da prestação de serviço na Câmara Municipal de Lisboa (CML), como assessor do vereador da cultura — Dr. João Soares, em regime de requisição ao IPPAR. Representante da CML junto do ICOMOS (UNESCO — Conselho Mundial dos Monumentos e Sítios);

1991 — Início da primeira comissão de serviço como chefe da Divisão de Património Cultural, cargo em que foi reconduzido em 1994. Membro da Comissão de Estética Municipal;

1993-1994 — Administrador-delegado da CML na Sociedade Lisboa 94 — Capital Europeia da Cultura, responsável pela área de intervenção urbana. Representante de Lisboa na Network of European Cultural Cities (membro efectivo).

1996-1999 — Início de funções como subdirector-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Representante do ex-Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) no conselho consultivo do Instituto Português de Arqueologia.

Publicações, autoria e coordenação de projectos:

Igreja de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa, ed. Teorema, Lisboa, 1986;

«Identidade, Testemunhos e Destinos» (1.º Congresso do Património Luso Construído no Mundo), 1988;

Colaboração diversa: imprensa periódica, diária e regional, revistas *História*, *Arquitectos*, *Volta ao Mundo* e catálogos de diversas exposições;

Colaboração nos *dossiers* de candidatura à classificação de património mundial dos Mosteiros dos Jerónimos, Batalha, Alcobaça, Convento de Cristo e Torre de Belém (história e memória descritiva), 1985;

Textos para a Exposição Património Mundial, Cidades e Monumentos Portugueses (1986);

Programa para os projectos de arquitectura da Casa Fernando Pessoa e Sala do Risco;

Coordenação da intervenção de recuperação do monumento a Luís de Camões, em Lisboa (1.º prémio do Concurso Nacional de Conservação e Restauro da Secretaria de Estado da Cultura, em 1992).

Exposição República — Oitenta Anos, 1910-1990;

Exposição Cassiano Branco, o Éden, Lisboa-91.

Exposição Frederico George — Ver pelo Desenho.

Coordenação do Projecto a Sétima Colina (Lisboa-94).

Programação dos espaços municipais — Museu da Cidade, Palácio Galveias, Arquivo Fotográfico, Casa Fernando Pessoa e Sala do Risco, no âmbito de Lisboa-94;

Exposição Liberdade e Cidadania, 100 Anos Portugueses (membro da comissão consultiva, 1999).

Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República, pelos serviços prestados no âmbito de Lisboa-94, Capital Europeia da Cultura, em 1995.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas

Despacho n.º 2085/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 11.º e no artigo 13.º, n.º 2, do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, atento o despacho de 21 de Setembro de 1999 do presidente do conselho de administração do IEP, engenheiro António Lamas, que aprovou a planta parcelar C2B3-E-202-13-05C e o mapa de expropriações relativo ao sublanço Caneças-Loures, declaro, por delegação do Ministro do Equipamento Social constante do despacho n.º 23 444/99 (2.ª série), de 8 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 2 de Dezembro de 1999, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do sublanço Caneças-Loures abaixo identificadas com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionadas pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Código das Expropriações.

30 de Dezembro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, *Luís Manuel Parreirão Gonçalves*.

ANEXO

Mapa de áreas — Expropriações

Desenho C2B3-E-202-13-05C

Auto-Estrada A9 — CREL (Estádio Nacional — Alverca).
Sublanço Caneças-Loures.

Concelho de Loures.
Freguesia de Loures.

Número das parcelas	Referências	Áreas (metros quadrados)										Restantes
		Matriz		Registo predial	Do prédio			Auto- -estrada	Rede viária — Restabele- cimentos	Acessos e valas	Sobrantes	
					Rústica	Urbana	Cadastr					
26	Miguel dos Reis Cortez, Av. da Liberdade, 38, Pêro Pinheiro, Sintra.	271			351 680		N. L.	# 47 890 1) 28 330 2) 49 465 3) 2 161 4) (*) 1 623 5) (*) 43 6) (*) 57 (*) 1 723				a) 18 040
	Totaís											

(*) Aumento de área a expropriar.
Área transportada do desenho C2B2-E-202-13-04b.